ATOS GOLPISTAS

General depõe um dia após ser exonerado

Dutra Menezes, ex-chefe do CMP, foi um dos 72 integrantes do Exército ouvidos pela PF

» RENATO SOUZA

Ton Molina/Estadão Conteúdo



Grupo de militares chegou à Polícia Federal em ônibus do Exército para prestar esclarecimentos

Dezenas de militares do Exército foram ouvidos, ontem, pela Polícia Federal no âmbito da investigação que trata dos ataques golpistas de 8 de janeiro. Os depoimentos integram as diligências de um **inquérito** que corre no Supremo Tribunal Federal (STF). Pela manhã, 40 membros da Força prestaram esclarecimentos, e, à tarde, foi a vez de outros 32. Oito não compareceram.

De acordo com o Exército, os militares estão depondo na condição de testemunhas e foram instruídos a colaborar com as investigações dos órgãos competentes.

A Polícia Federal quer entender qual o papel da Força terrestre na concretização dos atos e eventual proteção aos criminosos que depredaram o Congresso, o Palácio do Planalto e o Supremo.

Entre os convocados a prestar depoimento, estavam oficiais que ocupavam cargos de comando no Exército. Um dos depoentes foi o general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, que chefiou o Comando Militar do Planalto (CMP).

O general estava à frente do CMP até terça-feira passada, quando foi exonerado. Ele é suspeito de se omitir ante a invasão do Palácio do Planalto e de atuar para impedir as prisões dos acusados.

Também foi ouvido o tenente-coronel Jorge Fernandes da Hora, do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), responsável pela segurança do Palácio do Planalto.

Os depoimentos ocorreram presencialmente na Academia Nacional de Polícia, localizada no Lago Norte. Os integrantes da Força foram ouvidos em salas separadas por 50 delegados destacados para analisar o caso.

Parte dos militares em atividade no dia dos atos foi levada às oitivas em ônibus do Exército, enquanto outros se deslocaram por conta própria. Não houve presença de advogados durante os depoimentos.

A instalação em que ocorreram as oitivas é a mesma para onde foram levados extremistas presos no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, no dia seguinte aos atentados.

Diversas testemunhas e investigados afirmaram em depoimento que o Exército impediu a prisão dos vândalos no dia dos ataques.

Em novembro, dois meses antes da depredação dos edifícios na Praça dos Três Poderes, a Polícia do Exército deixou que acampados agredissem fiscais do governo de Brasília que tentaram remover barracas com mantimentos usados para sustentar o grupo extremista, de acordo com documentos obtidos pela PF durante as investigações.

Além disso, o ex-comandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) Fábio Vieira afirmou que o Exército impediu operações da corporação para prender os integrantes do acampamento. Ele indicou que os oficiais da Força discordavam das ações e que chegaram a impedir o acesso da tropa da polícia.

A prisão só foi autorizada no dia seguinte, quando algumas pessoas, inclusive parentes de militares, já tinham deixado o acampamento.

Destruição e roubo

No dia 8 de janeiro, a Guarda Presidencial e o Exército não conseguiram evitar a invasão do Palácio do Planalto pelos golpistas. O prédio da Presidência foi um dos que mais sofreram com os ataques dos invasores, que destruíram obras de arte e roubaram equipamentos do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). As oitavas têm autorização do ministro do Alexandre de Moraes, do STF. Ele considerou que o envolvimento de militares na tentativa de golpe deve ser entendido como crime comum, portanto de competência da PF.

MPF-RN cobra R$ 5 milhões de Girão

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Procuradoria atribui a Girão "fomento de atos antidemocráticos"

A Procuradoria da República no Rio Grande do Norte entrou com ação na Justiça cobrando R$ 5 milhões do deputado federal General Girão (PL-RN) — oficial da reserva — por danos morais coletivos. O órgão atribui ao parlamentar "fomento de atos antidemocráticos" em frente ao 16° Batalhão de Infantaria Motorizada do Exército em Natal.

Segundo a ação, Girão fez "reiteradas postagens em suas redes sociais conspirando contra o Estado Democrático de Direito". O Ministério Público Federal classificou o general como "importante articulador e motivador dos atos criminosos".

A ação ainda tem pedido liminar (decisão provisória, dada em casos urgentes) para que sejam retiradas do ar as postagens de Girão. A Procuradoria ressalta que "manifestações de ódio à democracia não estão protegidas pela liberdade de expressão, já que infligem risco de dano real e iminente às instituições democráticas, sobretudo no contexto das eleições".

O processo também atinge a União — os ex-comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica divulgaram nota "estimulando os acampamentos", diz o Ministério Público Federal. Ainda são alvo da ação o estado do Rio Grande do Norte e o município de Natal por suposta "omissão na proteção à democracia ao permitirem a manutenção dos acampamentos".

A ação civil pública foi apresentada à 4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte e é assinada pelos procuradores da República Victor Manoel Mariz, Emanuel De Melo Ferreira e Fernando Rocha de Andrade. Eles argumentam que os acampados em frente ao QG do Exército em Natal defenderam um "verdadeiro golpe de Estado", tratando-se de "reunião realizada por associação antidemocrática, não protegida pela liberdade de expressão e reunião incitando animosidade entre Forças Armadas e Poderes constituídos".

Nessa linha, a ação argumenta que General Girão "usou ativamente suas redes sociais, em claro abuso da liberdade de expressão e da imunidade parlamentar, para encorajar condutas que atentavam contra a ordem democrática", inclusive a continuidade do acampamento existente à época em Natal.

"Em postagem feita um mês antes da invasão dos prédios do STF, do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto, o réu já instigava a violência contra as instituições, especialmente o Congresso", ressaltou a Procuradoria. "A vontade do réu em ver a concretização de um golpe de Estado, como se sabe, quase se consumou pouco mais de um mês de tal postagem, havendo nexo de causalidade entre conduta e dano."

Já com relação aos comandantes das Forças Armadas, a Procuradoria argumenta que a nota divulgada pelo trio "defendeu que a liberdade de expressão e reunião podem ser utilizadas inclusive para estimular a prática de crimes".

"A emissão da nota demonstra politização inconstitucional das Forças Armadas e estimulou a manutenção dos atos antidemocráticos e golpistas em frente aos quartéis a partir do desenvolvimento da narrativa de que as eleições foram fraudadas, fomentando a busca pela quebra da ordem democrática", sustentam os procuradores.

A reportagem fez contato com o gabinete do deputado General Girão, mas ele não se pronunciou sobre a ação do MPF até o fechamento desta edição.

As críticas de Almeida

» TAINÁ ANDRADE

O ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, afirmou, ontem, que quem se coloca contra as instituições democráticas viola os direitos humanos. Ele participou de uma sessão na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados.

"Sou a favor do combate implacável, nos termos da lei, ao crime organizado, a pessoas que tentam desestabilizar a democracia e golpes de Estado", frisou. "Todo golpista é invariavelmente um violador dos direitos humanos. Toda pessoa que pensa e que avança contra instituições democráticas e republicanas fazem isso, invariavelmente, suprimindo, espezinhando, violando os direitos humanos."

Almeida fez questão de dizer, também, que "mesmo as que cometem crimes de altíssima gravidade, como é o caso da desestabilização da democracia brasileira, essas pessoas não ficarão desamparadas".

O titular da pasta ainda enfatizou que, desde os atentados, a ouvidoria nacional dos direitos humanos acompanha a situação dos extremistas presos, assim como o Ministério da Justiça.

Na comissão, o ministro reforçou que é importante voltar o olhar para o sistema prisional, com o respeito pela dignidade humana. "Manifesto minha alegria em saber que os parlamentares dão atenção ao sistema prisional brasileiro para que possamos conter as torturas e os maus-tratos recorrentes e históricos no sistema penitenciário brasileiro", ressaltou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Novo bloco de Lira isola o bolsonarismo na Câmara

"Isso tem que ficar bem claro, nosso bloco é pela estabilidade e pela governabilidade. Para ajudar a pacificar o país e o governo montar sua base sólida na Câmara", anunciou o líder do PSB na Câmara, Felipe Carreras (PE), ao apresentar os demais colegas de liderança do superbloco de 173 deputados formado pelo PP, partido do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e mais União Brasil, Patriota, PSB, PDT, PSDB, Cidadania, Solidariedade e Avante. Escolhido para ficar à frente do grupo, Carreras é um dos líderes que dão sustentação a Lira e já se articula para sua sucessão no comando da Casa.

Muito heterogêneo, o bloco não tem identidade programática nem carta de intenções. Seus objetivos são negociar com mais força a liberação de verbas e ocupação de cargos no governo Lula e articular a ocupação de espaços na própria Câmara. Além de Carreras, os demais líderes do bloco são aliados de primeira hora do atual presidente da Câmara: deputados Elmar Nascimento (União Brasil-BA), André Fufuca (PP-MA), Adolfo Viana (PSDB-BA), Alex Manente (Cidadania-SP), André Figueiredo (PDT-CE), Luís Tibé (Avante-MG) e Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ).

Com a formação do superbloco, o presidente da Câmara recupera a capacidade de iniciativa na Casa, que estava ameaçada pela formação do blocão de 142 deputados do MDB, do PSD, dos Republicanos, do Podemos e do PSC. Mais alinhado ao governo, esse bloco dividiu o chamado Centrão e empurrava Lira para o colo do bolsonarismo, representado pelo PL de Valdemar Costa Neto, com 99 deputados, a maior bancada partidária, isoladamente. O ex-ministro da Casa Civil Ciro Nogueira, presidente do PP, é aliado de Lira.

Segundo Carreras, o grupo pretende "ajudar o governo federal em pautas prioritárias". Pelo acordo, haverá rodízio na liderança do superbloco a cada dois meses. O líder do PDT, André Figueiredo, será o próximo a ocupar o cargo. Segundo ele, o fato de os partidos de esquerda comandarem o grupo no primeiro momento tem por objetivo "manter um bom relacionamento com o governo". Lira articulava um bloco de 108 deputados do PP e do União Brasil, porém, numa manobra muito ousada, resolveu compor com os partidos de esquerda.

> UMA QUEDA DE BRAÇO ESTÁ CONTRATADA: A REVOGAÇÃO DOS DECRETOS DE LULA QUE ALTERARAM O NOVO MARCO DO SANEAMENTO

De certa maneira, o novo bloco fortalece o governo Lula, mas isola o PT, que formou uma federação com o PCdoB e o PV. Explora as contradições criadas pelo hegemonismo petista no governo, que descontenta os aliados do PSB e do PDT, principalmente. Há muitas divergências entre partidos de esquerda, de centro e de direita que integram o superbloco, mas todos estarão alinhados com Lira nas principais votações da Câmara. Nesse sentido, a grande queda de braços com o governo já está contratada: a revogação dos decretos do governo que alteraram o marco do saneamento, por meio de decreto legislativo apresentado pela bancada do Cidadania, com apoio de Lira.

Queda de braço

Recentemente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva alterou a Lei Federal 14.026/20, o chamado novo marco do saneamento, cujo objetivo é a universalização do acesso à água potável, à coleta e ao tratamento de esgotos. Hoje, 33 milhões de brasileiros não têm água tratada e 100 milhões, coleta de esgotos. Na Região Norte, 43% da população não tem a água tratada e 90% não têm tratamento de esgoto; no Nordeste, apenas 30% da população têm esgoto coletado. A falta de acesso ao saneamento básico atinge, principalmente, as famílias de baixa renda, o que eleva os custos da saúde pública, por exemplo.

A mudança no marco regulatório é vista como um retrocesso no programa de privatizações das companhias estaduais de saneamento, considerado irreversível, do ponto de vista político. No Rio de Janeiro, por exemplo, a privatização da Cedae trouxe muitos benefícios eleitorais para o governador Cláudio Castro (PL), que foi reeleito. Em São Paulo, a privatização da Sabesp é uma promessa de campanha do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). Um dos benefícios do novo marco foi o estabelecimento de métricas de avaliação dos serviços e sua fiscalização, com ganhos de qualidade para a população.

Quando foi aprovado, os partidos de esquerda votaram contra o novo marco. Agora, tentam reverter a legislação aprovada pelo Congresso. Segundo o prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira (PDT), presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, a legislação precisa ser aperfeiçoada, para oferecer mais garantias de prestação dos serviços aos municípios, mas não deve retroceder quanto às privatizações, porque comprovadamente houve avanços na qualidade dos serviços prestados, com as concessões e parcerias público-privadas, como no caso de Aracaju.

Existe um imbróglio jurídico em relação ao saneamento, porque a titularidade das concessões, constitucionalmente, é dos municípios, mas as antigas companhias eram estaduais. As maiores cidades, como as capitais, são as que financiam os serviços de saneamento dos pequenos municípios. Se depender apenas da iniciativa privada, e não houver um arranjo institucional adequado, as pequenas cidades continuarão sem tratamento de esgoto.